

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Kleber Adorno *

RESUMO

O artigo oferece uma oportunidade de reflexão a respeito das diversas facetas da instituição e seu importante papel assecutário dos direitos humanos e das justiça sociais

PALAVRAS-CHAVE: democracia, direitos humanos, utopia, sociedade igualitária.

A democracia – tal como a conhecemos ao final do século XX – é um resultado histórico bastante complexo. Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, as formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem em nosso país.

A democracia é a expressão mais acabada de uma sociedade histórica e seus pressupostos são, efetivamente, aqueles que podem configurar qualquer perspectiva transcendente em direção a uma sociedade digna. Nossas relações com o ideal democrático não deixam de revelar um conjunto de ambigüidades que devem merecer um exame mais detido. Ao que tudo indica, não somos uma sociedade que tenha pelo ideal democrático uma genuína paixão: é possível identificar um certo mal-estar diante da democracia.

O primeiro problema a ser abordado para situar este *mal-estar* diz respeito às indefinições que acompanham o ideal democrático. Em larga medida, a idéia de um *governo democrático*, de uma *sociedade democrática* ou, ainda, de *procedimentos democráticos* caracteriza todo e qualquer discurso político-ideológico e assim acontece – pelo menos levando-se em conta as posições significativas – tanto à direita quanto à esquerda.

A palavra *democracia* transformou-se quase que em um título honorífico em todo o mundo. A aceitação universal do conceito, não obstante, não elimina uma disputa real a ser travada em nome do próprio ideal democrático

* Advogado, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas (FACH).

contra todos os que, por suas ações, o contrariem. Em outras palavras: a aceitação universal do ideal democrático permite que se verifique um deslocamento na disputa política contemporânea em que ganha extraordinária relevância o exame da correspondência entre o discurso e as ações.

A pretensão de validade subjacente ao discurso democrático, então, só pode ser a da *veracidade* e, como ocorre em todas as pretensões de validade que envolvam a veracidade do discurso, tal intenção exige a demonstração de coerência entre palavras e comportamentos.

Não é pouco que tenhamos chegado ao resultado que aponta para a universalização do ideal democrático. Destaca-se o que parece ser uma extraordinária mudança histórica operada no curto espaço de algumas décadas. É sempre bom lembrar que o fenômeno político mais significativo deste século foi, sem dúvida, aquele oferecido pela experiência totalitária.

A humanidade chegou ao final de um século quando pôde conhecer e experimentar a negação mais ampla e dramática do ideal democrático, o que, de uma forma ou de outra, constituiu as civilizações.

O mundo parece mover-se a uma velocidade tal que, mesmo no breve espaço de uma vida, nos apartamos da realidade social que conhecemos e nossa experiência continua sendo o que Giovanni Sartori chamou de *traumático desenraizamento histórico*. Hobsbawn (1998) em seu último trabalho – *A era dos extremos* – chama a atenção para o mesmo fenômeno, assinalando que:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX; assinalando que todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo.

Ao falar sobre democracia, então, referimo-nos à instituição democrática, entendida como um processo civilizatório que não pode ser menosprezado e em torno do qual se tem alcançado resultados muito importantes. De qualquer forma, parece claro que esses resultados são absolutamente insuficientes para assegurar à humanidade o que quer que seja, ou mesmo para constranger os mecanismos de poder responsáveis pela concentração de riquezas e, ato contínuo, pela disseminação da fome e da miséria na maior parte do planeta.

Mais do que isto: o fortalecimento do ideal democrático é contemporâneo de um processo em que a violência parece emancipar-se das tentativas de justificação político-ideológica em uma situação real de guerra civil tradicional, como na Bósnia-Herzegovina, ou molecular, como em qualquer grande cidade do ocidente, e vai se incorporando ao cotidiano de populações inteiras.

O final do século, apresenta mais a contradição básica de que o ideal democrático – cada vez mais aceito – pressupõe o regramento dos conflitos e das disputas de interesse; entretanto, estamos a assistir a um processo histórico que combina, em doses cada vez mais imponderáveis, civilização e barbárie; um processo de disseminação dos conflitos até à situação-limite do extermínio de etnias rivais e da proposição autônoma e gratuita da violência que, desta forma, é ofertada em seu estado *puro*.

Para decompor esta e outras contradições e para que seja possível voltar ao exame do *mal-estar* já referido, torna-se necessário descrever algumas características da sociabilidade contemporânea para, então, reinquirir o ideal democrático e, se possível, atualizá-lo.

A primeira característica decisiva para esboçar um contorno dos dilemas desta época diz respeito à situação a que foram confinadas as perspectivas utópicas. Chegamos a um tempo em que nenhuma perspectiva utópica apresenta-se com credibilidade aos olhos da imensa maioria das pessoas: a sociabilidade contemporânea é cada vez mais avessa ao imaginário utópico tradicional.

Isto não significa que devemos reconhecer qualquer sentença conformista lançada sobre os humanos. Em certo sentido, podemos nos colocar de acordo com Bloch, para quem “*ser homem é ter uma utopia*”. Se somos seres da *falta*, e portanto, seres desejantes, parece que somos mesmo constituídos pelas projeções que aportamos no presente, em direção ao futuro desejável.

Em cada um dos nossos gestos, buscamos a superação do posto, a transcendência, e nada está a indicar que a humanidade tenha abdicado de sonhar ou que esteja em vias de fazê-lo. Ocorre apenas que nossas projeções utópicas já não podem se apresentar como o equivalente do *sentido da história*; que nossas opiniões devem arcar com o imenso desconforto de serem precisamente opiniões atravessadas pela incerteza, pela dúvida; que não há nada de científico nas teorias políticas e que as próprias teorias científicas extraem seu estatuto de cientificidade não do fato de serem *verdadeiras*, mas, como sustentou Popper (*apud* Magee, 1973, p.41), do fato de permitirem que seu erro seja demonstrado.

Falar, então, da falta de credibilidade do imaginário político tradicional, significa constatar que a sociabilidade real já não é permeável à projeção de qualquer perspectiva utópica que ofereça a *redenção*. Como diria Morin (1999), chega-se, finalmente, à época em que já não há *salvação* e no qual se compreende que a idéia de *salvação* leva-nos à perdição; que não existe *luta final* nem promessa de uma sociedade futura que possa redimir todos os males ou fazer esquecer a dor dos que aqui estão. Pode-se, então, repetir com o filósofo francês que este é o momento em que abdicamos da idéia do *melhor dos mundos*, mas não da idéia de *um mundo melhor*.

Seja como for, estamos diante de uma modificação fundamental, sobre a qual todos deveríamos refletir e, especialmente, os segmentos progressistas ainda hoje tributários de uma, dentre as mais generosas tradições utópicas, a construção de uma sociedade de iguais. Não há como desconhecer que o destino construído em torno desses ideais contribuiu muito para que as perspectivas utópicas tradicionais fossem varridas da história. Encontramo-nos, então, diante de um abismo e uma parte da sociedade ainda reluta em encará-lo, talvez com o justificado receio de que, ao fazê-lo, seja o abismo que a encare.

Os termos desta época *pós-utópica* comportam, evidentemente, imensos riscos, dentre todos, talvez o mais preocupante seja o risco da apatia, da adaptação, do conformismo. De outra parte, somos livres para pensar o futuro como resultado de nossas ações; portanto, somos mais importantes para a luta contra as injustiças que desgraçam este final de século. Nesta possibilidade, reside uma das evasões possíveis de nossa época; uma evasão capaz de preencher nossas vidas de sentido.

Opera-se na sociabilidade contemporânea uma outra modificação histórica: há em curso um fenômeno que, ao que tudo indica, deve radicalizar-se ainda mais e é responsável pela imersão da grande maioria das pessoas na esfera privada da existência.

A esfera pública, entendida como esta construção artificial – porque fruto do artifício humano – no qual cada um de nós pode ser visto e ouvido, no qual podemos ser influenciados pela opinião de outrem e influenciar outras pessoas com nossas próprias opiniões, parece se reduzir em escala crescente em todo o mundo.

Rigorosamente, a maioria das pessoas mantém com a esfera pública uma relação esporádica, excepcional. Essa mesma esfera passa a ser *colonizada*,

por profissionais da política, *funcionários do interesse público*. Mais grave do que esta tendência, pode-se constatar, mesmo empiricamente, que o envolvimento da cidadania com a esfera pública dá-se, normalmente, com a contraposição de interesses particulares. Isto ocorre de tal forma que o debate das questões que, por definição, dizem respeito a todos, e que, portanto, deve ser travado com a pretensão de alcançar o interesse público, constitui a preocupação de uma pequena minoria de cidadãos.

Trata-se de uma importante característica política e cultural que contrasta, enormemente, com a tradição de outras épocas e, particularmente, com as experiências fundadoras da antiguidade clássica. Mais precisamente, se tomarmos a experiência ateniense dos séculos V e IV a. C. – que, para nós, expressa o começo do começo – veremos o quanto o fenômeno da *privatização da sociabilidade* corresponde a uma inovação histórica. Como se sabe, para os gregos antigos, apenas uma vida dedicada à *pólis* poderia ser condizente com os objetivos de uma vida digna. Levar uma vida privada significava, literalmente, privar-se do essencial à dignidade. Não por outra razão, cabiam aos escravos e às mulheres a imersão na vida privada, concebida como esfera da necessidade e, aos homens livres, o acesso à esfera pública, espaço, por definição, da liberdade.

Hannah Arendt (1978) demonstra a radicalidade daqueles pressupostos com a própria pretensão à imortalidade que caracteriza o mundo grego. A ninguém seria legítimo supor que uma vida pudesse obter qualquer sentido em si mesma; pelo contrário, para os antigos, a vida só poderia ter sentido se alcançasse, em suas obras ou feitos, a lembrança e a admiração das gerações vindouras. Tão amplamente aceita era esta concepção que mesmo os escravos – impedidos de participar da *pólis* – encontraram uma forma de lutar por sua memória empenhando-se em lutas concretas pelo direito a um...epitáfio (!).

Também, Hannah Arendt (1978) salienta que nada pode expressar com tanta amplitude o contraste histórico com o mundo contemporâneo do que os sentidos comumente associados, em uma e em outra época, com a palavra felicidade. Por certo, independentemente das variações possíveis, os modernos dificilmente deixariam de descrever o sentido dessa expressão para si próprios, sem elencar objetivos e projetos situados na esfera privada da existência; já para os antigos, a idéia de felicidade seria inconcebível, se apartada da idéia de *felicidade pública*. Em outras palavras: para nós, tornou-se bastante natural que passássemos a conceber a idéia de felicidade sem que ela seja sequer informada pelo bem públi-

co. Assumimos, então, esta estranha idéia que nos permite vislumbrar nossa própria felicidade imersos na infelicidade geral.

A privatização da sociabilidade, reforçada nesta última década pela extraordinária revolução tecnológica e, particularmente, pelos avanços da comunicação instantânea, traz como corolário natural uma fragmentação jamais observada entre os humanos. A perspectiva de ações conjuntas torna-se muito mais complexa e as possibilidades de dominação social bastante mais aterrorizadoras. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, as mudanças tecnológicas, que repercutem profundamente na sociabilidade contemporânea, introduzem possibilidades inéditas de conteúdo emancipatório e aproximam a conquista de condições especiais para a radicalização da perspectiva democrática.

Essas características permitem visualizar um período histórico, marcado, primeiro, pela ausência de uma perspectiva utópica no sentido forte da expressão; e, segundo, pela construção de uma sociabilidade fragmentada e subsumida quase que inteiramente na esfera privada da existência. Parece possível compreender o fenômeno social do *estranhamento* diante da política, como um traço mais marcante e profundo do que, normalmente, estaríamos dispostos a reconhecer.

Quando ouvimos pessoas afirmar que *não gostam de política*, ou quando observamos a cristalização de um conjunto de noções anti-políticas no senso comum, estamos diante da expressão de tendências que estão a indicar fenômenos bem mais amplos do que a simples *desinformação*. As sociedades modernas criaram mecanismos de reprodução sistêmica, desde os valores que legitimam uma sociedade marcadamente competitiva, até a funcionalidade das regras de mercado, que é a própria instituição democrática que encontra-se ameaçada.

Para que a instituição democrática se configure como tal, as escolhas efetivas devem ser cada vez mais restritas e as demais, absolutamente aparentes.

Para afirmar a condição democrática, é preciso perceber que a democracia é, essencialmente, um conjunto de procedimentos – os mais variados, bem entendidos – voltados a garantir, idealmente, a expressão da vontade geral. Tais procedimentos não se resumem, nem podem ser confundidos, com a aferição das posições majoritárias em torno de cada questão em disputa.

A condição democrática exige que o processo de formação de opinião obedeça a um conjunto de critérios mínimos que permitam, de fato, o conheci-

mento das posições; vale dizer: que insinuem, verdadeiramente, a possibilidade de um processo argumentativo. Satisfeitas essas exigências mínimas, a condição democrática deve zelar pelos direitos das eventuais minorias sob pena de sermos obrigados a chamar de *democrática* – para lembrar o célebre exemplo de Kant – uma *república dos demônios*.

Para afirmar em sociedade a transcendência – e renovar o ideal utópico neste final de século – faríamos o bastante se pensássemos o futuro com base em regramentos morais que nos pareçam desejáveis e que tomássemos os mesmos regramentos a serem universalizados, como nossos próprios valores, reguladores da práxis que nos desafia no presente.

Esta parece ser a maneira de romper com determinada tradição presente em uma militância que tomava sua utopia como a flecha de ouro lançada por Cupido, e que atravessou o coração de Apolo, apaixonando-o – e, também, como a flecha com ponta e chumbo que atingiu Dafne, para fazê-la recusar qualquer amor. Não há porque reproduzirmos aqueles seres que olhavam para o futuro com os olhos de Apolo, mas que só podiam encarar o presente como Dafne, recusando-o.

O futuro que desejamos, o faremos agora por nossa ação concreta, ou não o faremos. Na tentativa de ordenar nossa ação e referenciar a elaboração daqueles regramentos morais, devemos tomar como ponto de partida a plataforma atual dos *Direitos Humanos*, como expressão do que há de mais concreto e subversivo em termos de projeção de uma utopia potente.

Em relação à política contemporânea e tendo presente a necessidade já referida de subordiná-la a uma concepção ética, devemos concebê-la, fundamentalmente, como a esfera específica na qual se disputam opiniões; disputas que devem, finalmente, subordinar os interesses em jogo. Compete à política introduzir, entre as múltiplas parcialidades, uma perspectiva de universalização que ultrapasse os antagonismos, e supere a dispersão característica da sociabilidade contemporânea. Compete à política afirmar a sociedade naquilo que ela deve ser, para além de suas fraturas. Ainda que tenhamos plena consciência de que a política tem se prestado à articulação assimétrica de interesses sociais, devemos pensá-la de outra forma, sob pena de capitularmos à própria lógica burocrática que a envolve. Para dar conta das limitações da política e, ao mesmo tempo, de seu caráter fascinante, seria prudente assinalar que todas as nossas opções – de poder ou resistência – comportam riscos e que dependem, sempre, de um processo de justificação moral necessariamente controver-

so. Há, assim, em política, um *elemento decisionista ineliminável*.

Precisamente, essa condição permite à política afirmar a liberdade dos humanos. Por conta dessa razão, a democracia é sempre preferível, ainda que sob a condução de um nosso desafeto, frente a qualquer ditadura. A rigor, não há mesmo como imaginar uma ditadura de um nosso predileto, visto que tal hipótese – ao contrário da primeira – haveria de combinar nossa própria predileção com a ditadura.

Cada tipo de governo, diria Montesquieu (1973), tem o seu princípio (p. 75). Assim, uma monarquia funciona tomando como básica a noção de honra (p. 77), uma república sustenta-se na noção de virtude (p. 84) e o despotismo exige o temor (p. 85). Acrescentamos, com Hannah Arendt (1978), que o totalitarismo exige a noção de *verdade*.

A democracia é, dentre todos os regimes, aquele que, de uma forma mais acabada, afasta-se da verdade. Suas razões serão, sempre, aquelas a que se chegou por conta de um debate; seus motivos os que parecerem mais justos. Esta é sua idéia reguladora; diante dessa proposta renovam-se as convicções democráticas afirmando, antes de tudo, a tolerância que, talvez, seja apenas a sabedoria na busca da justiça.

Referências bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MORIN, Edgard. *Entrevista. O Popular*. Goiânia:, 26 set. 1999, cad. 2, p. 1 e 6.
- MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).
- MAGEE, Bryam. *As Idéias de Popper*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ABSTRACT:

The article offers an opportunity of reflection about the different facets of the institution and its important surety role of the human laws and social justice.

KEY-WORDS: Democracy, human rights, utopia, egalitarian society.